



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
勞工事務局
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

(Tradução)

**Resposta à interpelação escrita apresentada pelo
Sr. Deputado à Assembleia Legislativa Lam Lon Wai**

Em cumprimento das orientações de S. Exa. o Chefe do Executivo, relativamente à interpelação escrita apresentada em 8 de Abril de 2022 pelo Sr. Deputado Lam Lon Wai, encaminhada através do ofício da Assembleia Legislativa n.º 394/E300/VII/GPAL/2022, de 19 de Abril de 2022, e recebida em 20 de Abril de 2022 pelo Gabinete do Chefe do Executivo, vem a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) responder o seguinte:

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem dado sempre grande importância e atenção a quaisquer irregularidades relativas à contratação de trabalhadores não residentes (TNR's). No tratamento dos pedidos de autorização de contratação destes trabalhadores, a DSAL, para além de verificar, nos termos da lei, as informações apresentadas pelos requerentes, envia pessoal para fazer visitas *in loco* aos estabelecimentos de exploração referidos nos pedidos, solicitando ao requerente a apresentação de informações sobre a contratação de trabalhadores (tanto locais como não residentes) que permitam conhecer e verificar a situação real do funcionamento da empresa. Em relação às autorizações de contratação concedidas, a DSAL fiscaliza a situação da contratação feita pelos empregadores através de vários meios administrativos, nomeadamente inspecções aleatórias e visitas não periódicas, entre outros.

Em 2021, a DSAL fez um total de 2 904 visitas resultantes do tratamento de pedidos de autorização de contratação, de denúncias e de inspecções aleatórias. Daqueles pedidos de autorização de contratação, 857 referiram-se à não autorização da renovação do pedido de autorização de contratação de TNR's.

Nos termos do artigo 25.º da “Regulamentação da Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, a DSAL, em conjunto com o Fundo de Segurança Social e o Corpo de Polícia de Segurança Pública e em relação ao assunto sobre a contratação de TNR's, devem efectuar a fiscalização e coordenação entre serviços, trocando informações entre si e informando da situação sobre a autorização. Para isso, a DSAL tem mantido sempre um mecanismo de interconexão estreita de informações com aqueles serviços, de forma a acompanhar e fiscalizar a situação de utilização de TNR's pelos empregadores a quem foram aprovados a autorização. Em 2021, a DSAL notificou um total de 41 casos e solicitou aos respectivos serviços competentes a prestação de apoio para o seu acompanhamento.

Por outro lado, durante as visitas inspectivas individuais ou em conjunto com outros serviços competentes para combate ao trabalho ilegal, a DSAL faz a verificação da situação de contratação do empregador de acordo com a situação real. Em 2021, foram feitas um total de 493 visitas inspectivas e aplicadas infracções



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
勞工事務局
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

administrativas a 601 pessoas devido a trabalho ilegal (envolvendo “trabalho em local ou para empregador diferente do autorizado”, “trabalho alheio ao autorizado”, “trabalho ilegal” e “por conta própria”), das quais 320 eram entidades empregadoras e 281 eram não residentes. A par disso, cinco entidades empregadoras foram punidas com sanções acessórias por terem contratado ou utilizado TNR’s em trabalho ilegal, tendo sido revogadas as autorizações de contratação respeitante a cinco TNR’s e privado o direito desses empregadores de pedirem novas autorizações durante um período de seis meses.

É de mencionar que, se a DSAL verificar ou receber casos encaminhados por outros serviços de suspeita de existência de falsa relação de trabalho, irá exercer a competência nos termos da lei e proceder ao acompanhamento e investigação, e caso seja confirmada a existência de falsa declaração da relação de trabalho por parte da empresa, para além da aplicação de multa ao infractor, a este serão ainda revogadas total ou parcialmente as autorizações de contratação de TNR’s e privado o direito de pedir novas autorizações. Caso os casos envolvam crimes como falsas declarações ou falsificação de documentos, a DSAL encaminha os casos ao respectivo serviço competente para o devido acompanhamento.

Além disso, a DSAL realiza continuamente a divulgação da lei através de diversos meios e formas, nomeadamente a organização de sessões de esclarecimento sobre a lei e a produção de infografias e de vídeos, bem como efectua a sensibilização e divulgação junto do público através de vários meios de comunicação, tais como televisão e plataformas sociais, a fim de aumentar os seus conhecimentos para a observação da lei.

4 de Maio de 2022

O Director da DSAL
Wong Chi Hong